

ESPERANÇA ENCLAUSURADA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO

Imprisoned Hope: Social Representations of Women in Situations of Deprivation of Liberty Regarding Resocialization and Education

Janaina de Araújo Andrade
Universidade Estácio de Sá

Patrícia Ortiz Monteiro
Universidade de Taubaté

André Felipe Costa Santos
Universidade Estadual de Goiás

Priscila Costa Santos
Universidade Estácio de Sá

RESUMO

Objetivou-se analisar as representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade acerca da ressocialização e da educação, à luz da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Trata-se de estudo qualitativo, de caráter descritivo-exploratório, realizado em uma unidade prisional feminina do Estado de São Paulo (Brasil), com 12 mulheres em regime semiaberto vinculadas à escolarização no contexto prisional. A produção dos dados ocorreu por meio de questionário sociodemográfico, entrevistas semiestruturadas e elaboração de desenhos. O corpus textual foi submetido à análise de conteúdo temática e à análise lexical com auxílio do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), possibilitando a identificação de classes discursivas e a construção de categorias interpretativas articuladas ao referencial teórico adotado. Os resultados indicam que a ressocialização é representada como processo de transformação pessoal, associado à revisão de valores, reconstrução de projetos de vida e retomada do reconhecimento social. Tais representações se constroem em meio a tensões do cotidiano prisional, marcado por relações percebidas como atravessadas por estigma e desconfiança. A educação emerge sob dupla dimensão: como oportunidade de qualificação profissional e reinserção laboral e como estratégia simbólica de recomposição da dignidade e do prestígio social. Conclui-se que educação e ressocialização são representadas de forma ambivalente, articulando expectativas de transformação individual e limites estruturais do contexto prisional.

Palavras-chave: Representações sociais; Educação prisional; Ressocialização.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the social representations of women deprived of liberty regarding resocialization and education, grounded in Serge Moscovici's Theory of Social Representations. It is a qualitative, descriptive-exploratory study conducted in a female prison unit in the State of São Paulo (Brazil), involving 12 women serving semi-open sentences and engaged in educational

activities within the prison context. Data were produced through a sociodemographic questionnaire, semi-structured interviews, and drawing tasks. The textual corpus was submitted to thematic content analysis and lexical analysis using IRAMUTEQ (*Interface de R pour Les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), enabling the identification of discursive classes and the construction of interpretative categories aligned with the adopted theoretical framework. The results indicate that resocialization is represented as a process of personal transformation, associated with the revision of values, reconstruction of life projects, and recovery of social recognition. These representations are constructed amid tensions experienced in daily prison life, perceived as marked by stigma and mistrust. Education emerges in a dual dimension: as an opportunity for professional qualification and labor market reintegration, and as a symbolic strategy for restoring dignity and social prestige. It is concluded that education and resocialization are socially represented in an ambivalent manner, articulating expectations of individual transformation with structural constraints inherent to the prison context.

Keywords: Social representations; Prison education; Resocialization.

INTRODUÇÃO

Isto é o inferno.
Hoje, em nossos dias, o inferno deve
ser assim: uma sala grande e vazia,
e nós, cansados, de pé, diante de
uma torneira gotejante mas que não
tem água potável, esperando algo
certamente terrível, e nada
acontece, e continua não acontecendo
nada. Como é possível pensar? Não é
mais possível; é como se
estivéssemos mortos. Alguns sentam
no chão.
O tempo passa, gota a gota.
(Primo Levi, 1988, p. 20)

Partindo do relato de Primo Levi, aprisionado no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau durante a II Guerra Mundial (1940–1945), o presente estudo propõe-se a analisar as representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade acerca da ressocialização e da educação, à luz do aporte psicossocial da Teoria das Representações Sociais (TRS), afiançada por Serge Moscovici a partir de 1961. A referência à experiência de Levi não se estabelece como uma analogia histórica direta entre contextos distintos, mas como um recurso ético-reflexivo que permite tensionar a condição humana em situações de encarceramento, exclusão e desumanização, favorecendo a problematização dos efeitos simbólicos, subjetivos e sociais da privação de liberdade sobre os sujeitos.

Nesse contexto, a educação no âmbito prisional é compreendida como uma das principais estratégias de formação humana e de ressocialização, especialmente no que se refere às mulheres encarceradas, cujas trajetórias são atravessadas por múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e simbólicas. A oferta educacional nesse espaço exige, portanto, um olhar ampliado e inclusivo, tanto por

parte da sociedade quanto do Estado, responsável pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas à população em situação de privação de liberdade. Reconhecer o direito à educação dessas mulheres – frequentemente invisibilizadas, marginalizadas e negligenciadas – constitui um imperativo ético, político e social para a construção de uma sociedade comprometida com a dignidade humana, a justiça social e a equidade (Nascimento; Silva, 2025).

No ordenamento jurídico brasileiro, a educação é assegurada como direito fundamental e de natureza social. A Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, relativo aos direitos e garantias fundamentais, insere a educação no rol dos direitos sociais, ao lado da moradia, da saúde, da alimentação, do trabalho e da previdência social. O artigo 205 explicita que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Em consonância com esse dispositivo constitucional, a Lei de Execução Penal nº 7.210/84 reafirma o dever do Estado de garantir o acesso à educação às pessoas privadas de liberdade, reconhecendo o indivíduo em cumprimento de pena como sujeito de direitos e como alguém potencialmente capaz de reconstrução de trajetórias, reparação simbólica e ressignificação identitária (Brasil, 1984).

Dada a centralidade da educação como prática social que possibilita aos sujeitos se constituírem como agentes de sua própria existência, torna-se fundamental assegurar o acesso ao conhecimento às pessoas em situação de privação de liberdade, viabilizando processos de ensino e aprendizagem no interior dos estabelecimentos penais. A educação, nesse contexto, configura-se como espaço de produção de sentidos, ampliação de horizontes e elaboração crítica da experiência vivida (São Paulo, 2015). Quando ofertado de maneira qualificada e contextualizada, o amparo educacional ultrapassa a dimensão normativa do direito e assume papel estruturante no desenvolvimento humano, abarcando o preparo para o exercício da cidadania, a qualificação profissional e a possibilidade de reinserção social (Santos, *et al.*, 2024).

É nesse cenário que a TRS se mostra particularmente fecunda como referencial analítico. Conforme Moscovici (2010; 2011), as representações sociais constituem uma modalidade específica de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, cuja função central consiste em orientar comportamentos, práticas e formas de comunicação entre os indivíduos. Partindo do pressuposto de uma natureza humana profundamente relacional, as representações sociais assumem papel central na vida cotidiana, mediando a relação dos sujeitos com o mundo social, organizando interpretações e orientando tomadas de posição frente à realidade vivida (Jodelet, 2001).

Sob essa perspectiva, a condição de privação de liberdade pode desencadear processos de revisão biográfica, reinterpretação da própria trajetória e elaboração de novos projetos de vida, nos quais a educação emerge como possibilidade concreta de ressignificação da experiência (Sandes; Medeiros; Klinger, 2022). Esse movimento não se limita à esfera

individual, uma vez que se constitui no entrecruzamento das relações sociais, das experiências compartilhadas e dos contextos institucionais que moldam as formas pelas quais os sujeitos interpretam a si mesmos e o mundo que os cerca. Crenças, valores, expectativas e memórias socialmente ancoradas orientam as interpretações dessas mulheres sobre a ressocialização, ao mesmo tempo em que expressam estratégias de enfrentamento, resistência e reconstrução identitária (Arruda, 2002).

A vertente sociogenética da TRS permite compreender a subjetividade como um processo relacional, constituído na interação com a alteridade e nos sistemas simbólicos compartilhados (Jodelet, 2017). Nessa abordagem, o sujeito é concebido como ser social em permanente diálogo com o outro, e a subjetividade afasta-se de uma concepção privatizada para ser entendida como produto de processos intersubjetivos, forjados nas trocas comunicativas, nas práticas sociais e nas experiências cotidianas (Marková, 2003, 2017). As representações sociais operam, assim, como mediações entre o vivido individual e o tecido social, conferindo inteligibilidade às experiências e orientando posicionamentos e condutas em contextos atravessados por tensões e assimetrias de poder.

Ao investigar as representações sociais dessas mulheres acerca da educação e da ressocialização, este estudo busca analisar não apenas discursos isolados, mas as práticas sociais que se estruturam a partir desses sistemas de significação. As representações sociais desempenham uma função prática fundamental, na medida em que organizam ações, justificam comportamentos e sustentam posicionamentos diante das situações vivenciadas (Abric, 2001). Compreender como as mulheres privadas de liberdade representam a educação e a ressocialização permite, portanto, identificar de que modo tais representações sustentam, tensionam ou limitam determinadas práticas educativas e institucionais no interior do sistema prisional.

Esse enfoque analítico favorece, ainda, a compreensão dos conflitos, das tensões e das ambivalências que atravessam a experiência do encarceramento, evidenciando os embates entre uma racionalidade punitivista, disciplinar e excludente e as possibilidades de transformação inscritas nas práticas educativas (Santos *et al.*, 2024). Os conflitos, longe de constituírem elementos residuais, integram os próprios processos intersubjetivos e desempenham papel central na produção de sentidos e na transformação das representações sociais (Marková, 2017). A análise das narrativas das mulheres encarceradas possibilita compreender como elas negociam significados, elaboram contradições e produzem interpretações sobre a ressocialização em um contexto institucional marcado por controle, estigmatização e restrições simbólicas.

Ao privilegiar o olhar, a fala e a experiência do sujeito, o estudo parte do pressuposto de que o conhecimento produzido emerge da escuta das vivências e das interpretações que as próprias mulheres constroem sobre suas trajetórias e sobre as barreiras enfrentadas nos processos de ressocialização. A experiência vivida, nesse sentido, assume centralidade como categoria analítica, permitindo compreender os

processos educativos e sociais a partir das subjetividades envolvidas (Jodelet, 2017; Guareschi; Castorina, 2021).

Desse modo, a análise das representações sociais possibilita não apenas compreender como as mulheres privadas de liberdade significam a educação e a ressocialização, mas também repensar e qualificar as práticas educacionais desenvolvidas no sistema prisional. Ao tornar visíveis as barreiras simbólicas, institucionais e relacionais apontadas pelos próprios sujeitos, o estudo oferece subsídios relevantes para o aprimoramento dos processos de ressocialização, contribuindo para a formulação de práticas educativas mais sensíveis às experiências, às necessidades e às expectativas dessas mulheres.

Ao articular subjetividade, intersubjetividade e práticas sociais, o presente trabalho reafirma que os processos de ressocialização não podem ser compreendidos de forma linear ou meramente normativa. Eles exigem uma leitura ancorada nas experiências vividas, nas relações estabelecidas e nos sentidos produzidos pelos próprios sujeitos em situação de privação de liberdade, o que reforça a pertinência da Teoria das Representações Sociais como aporte teórico-analítico para investigações no campo educacional e psicossocial (Moscovici, 2011; Marková, 2003; Jodelet, 2001).

A Ressocialização e a Educação no Brasil

No Brasil, a oferta da educação em prisões, embora seja um direito garantido pela Lei de Execução Penal (Brasil, 1984), enfrenta diversos desafios em sua implementação, especialmente no que se refere à educação de mulheres em situação de privação de liberdade. A responsabilidade pelo combate aos crimes e pela punição aos infratores cabe tão somente ao Estado, que estabelece as diretrizes para o funcionamento do sistema carcerário. Orientado pelos propósitos da condenação dos delitos, do impedimento de novos crimes e da ressocialização do infrator, esse sistema preconiza a restrição da liberdade como medida punitiva. Assim, após ser julgado pela esfera judicial, o infrator é encaminhado para a execução da pena, que objetiva efetivar a decisão judicial e estabelecer condições para sua adequada integração social, permanecendo, por tempo determinado, em situação de restrição de liberdade em regime de cárcere.

O regime semiaberto é uma das possibilidades descritas pela legislação brasileira para o cumprimento da pena, após o julgamento. Considerando que cada regime apresenta características próprias, cabe ressaltar que, no caso do regime semiaberto, é permitido às pessoas em situação de privação de liberdade que trabalhem ou estudem durante o dia, inclusive fora da prisão, devendo retornar à unidade prisional à noite. Essa iniciativa visa promover a ressocialização por meio do incentivo ao trabalho e ao estudo (Brasil, 1984).

Dessa forma, no intuito de aprimorar a eficácia dos processos punitivos no país, deve-se ampliar a discussão para além do que implica a ressocialização e a reintegração social do indivíduo, pois as condições pedagógicas ofertadas às pessoas em situação de restrição de liberdade devem permitir acesso à aprendizagem em caráter de incentivo

e direcionada à percepção da relevância da educação na reconstrução de cada sujeito.

A consolidação da ação educativa em ambiente carcerário contribui para a inserção no mundo do trabalho e capacita essas pessoas para que exerçam plenamente seus direitos como cidadãos, tornando-os aptos a mudanças significativas nas identidades, nos comportamentos e no convívio social, repercutindo, inclusive, em menores chances de reincidência penal.

Conforme salientam estudiosos (Figueiredo; Paniago, 2023; Rosolen; Pezzato, 2025; Lourenço; Onofre, 2011), no início da execução da pena, quando chegam ao sistema carcerário, as pessoas em situação de privação de liberdade passam a ser denominadas como “reeducandas”. Segundo os autores, essa forma de nomear implica a ideia de educar novamente, buscando alterar os comportamentos já naturalizados no cotidiano como estratégia para impulsionar a reinserção social por meio dos estudos.

Portanto, a perspectiva educacional, quando aproximada à ressocialização, visa gerar uma fundamentação de caráter positivo e funcional com papel fundamental, uma vez que se reconhece sua influência positiva na subjetividade da pessoa em situação de privação de liberdade, que se percebe em um contexto com expansão em termos de oportunidade, reconhecimento e visão de mundo (Vellasquez; Rocha, 2024). Nesse sentido, cabe a “[...] criação e a implementação das políticas públicas direcionadas para a atividade educacional no espaço de privação de liberdade, como garantia de um possível resgate de uma vida digna ao indivíduo apenado” (Lourenço; Onofre, 2011, p. 268).

Assim, o olhar educacional traz transparência a uma estética de conduta futura pautada na integridade pessoal, tornando mais íntimas as noções de dignidade e realização, além de conduzir a um melhor retorno à convivência em sociedade, uma vez que a escolarização amplia as chances e melhora a perspectiva de crescimento pessoal e profissional para a pessoa em situação de restrição de liberdade.

O presente texto apresenta recortes analíticos de uma pesquisa mais ampla, orientada por uma abordagem qualitativa e exploratória baseada no referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais - TRS (Moscovici, 2012), que buscou compreender como as mulheres em situação de privação de liberdade pensam, sentem e agem durante o processo educacional no ambiente de reclusão. Por meio das contribuições de Jodelet (2001), Antunes-Rocha (2012) e Sá (2011), a intenção deste estudo foi escrutinar os significados atribuídos à educação como meio de ressocialização que instiga os indivíduos a modificarem suas esferas de conduta (agir, pensar e sentir).

MÉTODO

A presente investigação inscreve-se no âmbito da abordagem qualitativa, de natureza descritivo-exploratória, conforme delineada por Chizzotti (2000), e encontra sustentação teórico-metodológica na perspectiva sociogenética da TRS (Moscovici, 2011; Jodelet, 2001). Essa

orientação possibilitou compreender como os sujeitos, situados em contextos históricos, sociais e institucionais específicos, constroem, compartilham e atualizam representações sociais que conferem inteligibilidade às suas experiências e orientam suas práticas cotidianas.

A adoção da abordagem psicossocial sociogenética mostrou-se particularmente pertinente por permitir uma leitura analítica dos conflitos, das tensões e das contradições que atravessam a constituição das subjetividades e os processos intersubjetivos envolvidos nas trajetórias de ressocialização. Ao considerar o caráter histórico, relacional e dinâmico das representações sociais, essa abordagem possibilita desvelar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências, bem como identificar crenças, valores e sistemas de referência profundamente enraizados, que funcionam como matrizes orientadoras de suas condutas, escolhas e modos de agir no mundo social (Arruda, 2017).

No campo educacional, e de modo mais amplo nos estudos de natureza psicossocial, esse referencial tem se mostrado fecundo para acessar dimensões que extrapolam a descrição de comportamentos, permitindo alcançar os elementos simbólicos, afetivos e normativos que estruturam as práticas sociais. Ao evidenciar memórias coletivas, tensões institucionais e disputas de sentido socialmente ancoradas, a abordagem sociogenética da TRS contribui para uma compreensão mais complexa dos processos formativos e de ressocialização, revelando como os sujeitos negociam, ressignificam e reinterpretam suas experiências em contextos marcados por assimetrias, estigmas e desafios sociais (Jodelet, 2011; Novaes, 2015; Vilas Boas *et al.*, 2024).

O estudo empírico foi conduzido entre o segundo semestre de 2023 ao primeiro semestre de 2024 em uma penitenciária no interior do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado, destinada ao regime fechado e semiaberto de mulheres privadas de liberdade. Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais a população carcerária feminina no Brasil era de 45.259 mulheres, sendo 8.658 no estado de São Paulo (SISDEPEN, 2022). O Estado de São Paulo contava durante o estudo com 11 penitenciárias, e a unidade em questão, conforme dados de junho de 2023, tinha a capacidade para 724 reclusas, mas abriga 424, com 92 na ala de progressão de regime. Quanto à educação, 170 mulheres da unidade estavam matriculadas e ativas no exercício escolar, sendo 17 em processo de alfabetização, 69 cursando o Ensino Fundamental, 81 no Ensino Médio e 3 no Ensino Superior. Esses dados proporcionam uma visão mais acurada da dinâmica educacional na referida penitenciária no interior de São Paulo.

A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Parecer nº 5.866.519/2023; CAAE: 66092322.8.0000.5284), nos termos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, observando os princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. A realização do estudo contou com anuência formal da Direção da unidade prisional, que autorizou seu desenvolvimento no espaço institucional e assegurou autonomia técnico-científica e liberdade

crítico-investigativa aos pesquisadores, sem interferência na seleção das participantes, na condução das entrevistas ou na análise dos dados.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: (a) estar em regime semiaberto no momento da coleta; (b) possuir trajetória vinculada à escolarização no contexto prisional; e (c) consentir voluntariamente com a participação. Como critérios de exclusão, consideraram-se impedimentos físicos, psicológicos ou disciplinares que inviabilizassem o comparecimento às atividades previstas.

Vale destacar que o recrutamento ocorreu com apoio da coordenação pedagógica da unidade, que apresentou a proposta às mulheres elegíveis, enfatizando o caráter voluntário da participação e a inexistência de qualquer prejuízo institucional em caso de recusa.

As participantes foram previamente esclarecidas quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos de coleta, aos possíveis desconfortos emocionais e às garantias de confidencialidade, formalizando sua adesão mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi assegurado o direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo pessoal ou institucional.

Ademais, as entrevistas foram gravadas, com duração média de 1h15min, e realizadas em espaço reservado da unidade prisional. Não houve presença de carcereiros na sala durante a coleta, contando-se apenas com a presença de profissional da equipe técnica (psicólogo ou assistente social), a fim de garantir privacidade e minimizar constrangimentos. Ressalta-se que a realização das entrevistas observou os condicionantes institucionais próprios do contexto prisional, tais como horários previamente autorizados, normas de segurança e disponibilidade de espaços físicos, sem que tais condicionantes implicassem interferência no conteúdo das falas ou na condução da investigação. Os dados foram anonimizados mediante identificação numérica (Mulher 1, Mulher 2 etc.), assegurando o sigilo das participantes. Considerando a possibilidade de eventual sofrimento emocional, a equipe técnica da unidade e os pesquisadores, qualificados em Psicologia, mantiveram-se disponíveis para acolhimento e encaminhamento, não sendo necessária intervenção formal ao longo da investigação.

Os dados biográficos do grupo de mulheres pesquisadas estão descritos na Tabela 01.

Tabela 01 - Dados biográficos das mulheres participantes da pesquisa em regime semiaberto.

VARIÁVEIS	TIPO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTAGEM (%)
Idade	Até 29 anos	2	16,7
	30 a 34 anos	3	25,0
	35 a 39 anos	4	33,3
	40 anos ou mais	3	25,0
Etnia	Branca	7	58,3
	Parda	3	25,0
	Negra	2	16,7

Escolaridade	Ensino Médio	10	83,3
	Ensino Fundamental	2	16,7
Estado civil	Solteira	7	58,3
	Amasiada	2	16,7
	Casada	1	8,3
	Divorciada	2	16,7
Número de filhos	Nenhum	2	16,7
	1 a 2 filhos	5	41,6
	3 a 4 filhos	1	8,3
	5 filhos ou mais	4	33,4
Tipo de delito	Tráfico de drogas	8	66,7
	Roubo	1	8,3
	Roubo e tráfico de drogas	1	8,3
	Latrocínio	1	8,3
	Não informou	1	8,3
Tempo de pena	Até 5 anos	4	33,3
	5 a 10 anos	4	33,3
	Mais de 10 anos	4	33,4
Sujeito típico	Mulher, 36 anos, branca, Ensino Médio, solteira, com dois filhos, condenada por tráfico de drogas	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Perante a complexidade dos elementos psicossociais em torno do estudo da ressocialização, a produção dos dados foi executada em dois momentos complementares.

No primeiro momento, a fim de levantar dados primários sobre o contexto psicossocial da ressocialização junto ao grupo investigado estabeleceu-se uma aproximação no campo de pesquisa por intermédio do uso de questionários sociodemográfico e do emprego de desenhos. Nessa linha, guiados por um olhar antropológico da produção dos dados a partir dos desenhos (Garcia; Rodrigues, 2019; Kuschmir, 2016), solicitou-se inicialmente aos participantes que elas individualmente desenhasses livremente algo a partir dos termos: Educação, Ressocialização e Projeto de Vida/Futuro. Esses termos foram selecionados, a partir das suas estreitas associações ao objeto de estudo investigado e por serem amplamente conhecidos e experienciados/vivenciados (Jodelet, 2017) junto ao grupo investigado. Posteriormente, ao final de cada desenho, cada participante foi convidada e estimulada a explicar e justificar oralmente o que haviam desenhado. Dadas explicações foram gravadas, transcritas e usadas como um dos elementos para análise iconográfica (Panofsky, 2007) dos desenhos a partir do aporte teórico da TRS.

Por seu turno, no segundo momento realizou-se no mesmo grupo a aplicação de entrevistas semiestruturadas individuais por adesão (Poupart, 2014; Szymanski, 2011) visando aprofundar dimensões investigativas atinentes à:

1. Trajetória de Vida dos Participantes;
2. Cotidiano do espaço prisional;
3. Educação e Perspectivas de Vida.

Dadas dimensões investigativas, foram elaboradas a partir do referencial teórico da pesquisa, do estudo de revisão de literatura, e reelaboradas a partir dos dados oriundos do primeiro momento investigativo.

Com esse entendimento, para auxílio na categorização e análise do conteúdo dos dados produzidos, lançou-se mão do *software* gratuito *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de questionnaires* (Iramuteq) – versão 2014 – que possibilita fazer análises estatísticas sobre corpus textuais. Nesta linha, utiliza-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD)¹ do referido software e, posteriormente, os dados foram interpretados a partir do aporte da TRS. Vale destacar que conforme orientado por Leblanc (2015), realizou-se a leitura das palavras de cada classe que se cristalizam no Dendograma de Classificação das Classes no contexto das frases que foram ditas (análise textual), possibilitando a emergência de categorias e subcategorias para cada classe em harmonia com o sentido geral que apresentavam.

Mediante esses dois momentos investigativos, realizou-se a triangulação analítica dos dados (Apostolidis, 2006) a partir do aporte teórico psicossocial da TRS, assim sendo permitido incidir luz sobre as possíveis representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade sobre a ressocialização e a educação.

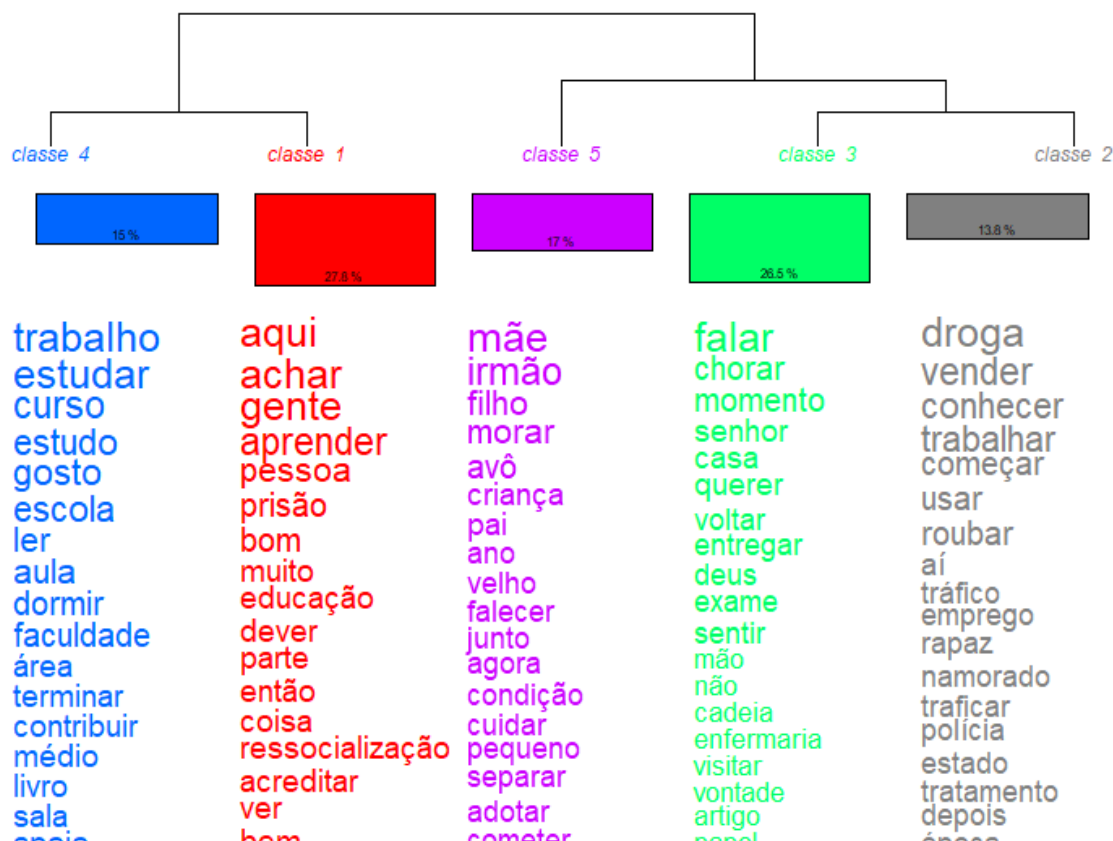
Apresentação e Análise dos Dados

Por intermédio do processamento das 12 entrevistas no *software* Iramuteq (Versão 2014) registrou-se: a ocorrência de 36296 termos; 3511 formas distintas; 773 termos com frequência maior ou igual a três; e de um universo de 1030 segmentos textuais foram analisados 835, permitindo, assim, o aproveitamento de 81,07% deles.

Descritivamente, foram geradas cinco classes. No dendrograma, da direita para a esquerda, o primeiro eixo divide duas classes (Classe 4 - 15% e Classe 1 - 27,4%) das demais, indicando um maior distanciamento estatístico das demais classes. No outro extremo, origina-se um segundo eixo que imediatamente emerge a Classe 5 (17%). No extremo oposto, inicia-se um terceiro eixo que origina as Classes 3 (26,5%) e 2 (13,8%), possivelmente indicando uma maior homogeneidade nos conteúdos dessas últimas classes das demais. Vale destacar que o número de classes sugere uma heterogeneidade de conteúdos apontados nas entrevistas. Como ilustra a Figura 01:

¹ De modo explicativo, a CHD “trata-se de um tipo de análise de conglomerado que categoriza as palavras ativas em classes lexicais. A análise considera a frequência e as posições das palavras ativas que estão no texto usando os dados das tabelas de contingência das palavras” (Carvalho et al., 2020, p. 13).

Figura 01 – Dendrograma de Classes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em linhas gerais, na Classe 1 (27,4%) categorizada de ‘Sobrevivência no Cárcere’ evidenciou-se que o grupo pesquisado relata a sua chegada no sistema prisional, as mudanças cotidianas e o clima institucional. Nesse entendimento, emergem duas subcategorias: 1. ‘Nova Realidade’; 2. ‘Adaptações Necessárias e Superações’.

No que se refere à primeira subcategoria, os fragmentos analisados apontam para experiências de choque, amedrontamento e ruptura de referenciais vivenciadas pelas apenadas ao ingressarem no cárcere. Os relatos sugerem a constituição de um mal-estar organizacional, inscrito em um tecido social (Guareschi; Roso, 2021) estruturado por valores, normas, regramentos, restrições, práticas de vigilância e condutas institucionais. Embora tais dispositivos sejam apresentados como voltados à manutenção da segurança, da ordem e da civilidade entre detentas e servidores, as participantes os descrevem como elementos que também contribuem para a construção de um espaço de convivência percebido como hostil, arriscado e, em alguns casos, desumanizador. Como ilustra o fragmento:

[...] Então, essa cadeia pra mim hoje foi muito difícil porque eu cheguei numa realidade bem diferente. As pessoas que conversam, são conversas que não é mais o meu vínculo; então hoje eu me senti perdida aqui dentro. [...] muito sofrida, porque assim eu me vi perdida, porque não era

mais o meu mundo, não era mais a realidade. [...] Com o sofrimento vivido no cárcere, mas pelo sofrimento a gente amadurece, então essa cadeia pra mim hoje ela é muito difícil, todos os dias aqui dentro para mim é muito sofrido muito, muito sofrido mesmo (Mulher 6).

Os dados desta subcategoria indicam que, embora o sistema prisional afirme oficialmente garantir a segurança das internas e dos agentes e sustente a constituição de unidades prisionais consideradas civilizadas (Brasil, 2022), as participantes relatam perceber o ambiente como marcado por insegurança, desconfiança e fragilidade dos vínculos, frequentemente descritos como autoritários.

À luz da perspectiva psicossocial de Marková (2017), é possível interpretar que as relações EGO-ALTER, tal como narradas pelas entrevistadas, são representadas sob a égide do distanciamento, da vigilância constante e da potencial ameaça. Nessa direção, os fragmentos analisados sugerem que as representações sociais de ressocialização e educação se constroem em um contexto simultaneamente objetivo e subjetivo de mal-estar e sofrimento. Em diálogo com Goffman (1975), pode-se hipotetizar que tais experiências são significadas como inscritas em dinâmicas institucionais que produzem sentimentos de segregação e estigmatização, impactando a forma como essas mulheres significam o próprio processo de ressocialização.

Por seu turno, na segunda subcategoria dessa classe, os fragmentos analisados apontam para as adaptações cotidianas que as internas relatam realizar a fim de sobreviver ao cárcere e enfrentar as contingências impostas pelo ambiente prisional. Segundo o grupo investigado, com o passar do tempo de encarceramento, elas referem ter aprendido a resistir e a existir nesse contexto – processo que pode ser interpretado, à luz de Elias (1994), como uma forma de naturalização das condições vivenciadas.

Os depoimentos indicam que esse aprendizado envolve lidar com situações recorrentes de violência no cotidiano e com restrições relativas à intimidade, ao uso de drogas, à prática sexual, à convivência com familiares e amigos e à liberdade de ir e vir. Em um primeiro momento, tais experiências são descritas como associadas a sentimentos de revolta e injustiça diante da degradação percebida da condição humana. Posteriormente, os relatos sugerem a emergência de processos de conformação (Moscovici, 2011), resignação e adaptação às normas e à moralidade instituídas no contexto prisional. Ademais, o desenvolvimento da paciência e a religiosidade, mencionados pelas participantes, aparecem como recursos simbólicos mobilizados para suportar o claustro e ressignificar a experiência do encarceramento.

Já na Classe 4 (15%), denominada “Projetos de Vida e Ressocialização”, os fragmentos analisados apontam para às perspectivas e expectativas das apenas acerca da vida após o cumprimento da pena. Os relatos fazem referência à ideia de ressocialização e reintegração à sociedade. Em articulação com os dados produzidos por meio dos desenhos, os materiais empíricos sugerem a emergência de duas subcategorias complementares: (1) Transformações; (2) Adoção de um novo estilo de vida.

No que se refere à primeira subcategoria, os depoimentos indicam que, ao refletirem sobre a ressocialização, as participantes a associam à noção de transformação. Para o grupo investigado, ressocializar-se é descrito como abandonar práticas e condutas consideradas socialmente reprováveis e desenvolver modos de vida em maior consonância com normas e expectativas sociais vigentes.

Os relatos também expõem que tal processo envolve um movimento de reflexão sobre si, frequentemente narrado como revisão de valores, desejos, sentimentos e identidades – elementos que compõem o “situar-se no mundo” (Heidegger, 1995, p. 239). Nessa perspectiva, as participantes indicam que essa transformação é percebida como condição para ampliar a participação em espaços públicos e privados e usufruir da liberdade.

O apoio da família, o acesso ao trabalho, à educação e a outras dimensões sociais são mencionados como recursos fundamentais para a concretização desse projeto de ressocialização, conforme ilustram os desenhos apresentados no Quadro 01.

Quadro 01 - Desenhos e explicações em torno das transformações.

DESENHOS	EXPLICAÇÕES
(Desenho Mulher 4)	Nesse desenho da surda, cega e muda, né, e daí mesmo aqui dentro, durante, eu já me sinto liberta, liberdade de produzir minhas próprias opiniões, porque agora eu quero ter voz, eu quero, sei lá, ter uma participação ativa, presente dentro da sociedade. Eu me imagino fazendo alguma coisa desse tipo, talvez num trabalho voluntário, eu não sei. Eu me sinto liberta já durante o semestre, porque a minha mente se abriu, e eu tenho como auto empresa onde eu trabalho, ônibus, uma pracinha, socialização, árvores frutíferas, que eu acho muito importante. A minha casa e a minha família, minha mãe, meu filho, minha filha, minhas duas irmãs e a minha sobrinha, que é a minha primeira sobrinha, eu achei que eu não ia ter. (Mulher 4)
(Desenho Mulher 10)	Ressocialização para mim é um recomeço de vida. Não sei diferenciar muito, mas assim, para mim, eu vejo como uma forma de não fazer as coisas erradas, de tentar um recomeço, de tentar fazer uma vida melhor. A opinião é a mesma, de um recomeço, da pessoa tentar fazer uma vida melhor, dela procurar um objetivo, procurar trabalhar dentro do seu interior, da sua mente. (Mulher 10)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Chama a atenção que, ao contrastar os dados dessa subcategoria com aqueles analisados na Classe 1, os fragmentos sugerem uma tensão relevante. A reforma íntima, descrita pelas participantes como condição para a efetivação da ressocialização, aparece em coexistência com

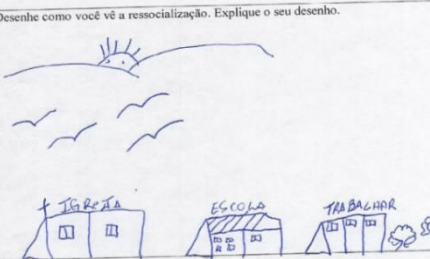
experiências narradas como marcadas por práticas institucionais atribuídas como desumanizadoras.

Segundo as entrevistadas, valores, normas e regulamentos que, em tese, deveriam organizar a convivência e assegurar a ordem, são vivenciados como associados à punição, à restrição de potencialidades e à limitação da autonomia. Nesse sentido, à luz da discussão de Adorno (1991), os achados permitem problematizar não apenas a dimensão normativa da ressocialização, mas também as condições concretas e simbólicas em que ela é projetada e vivida.

Os dados sugerem que as representações sociais de ressocialização se constroem em meio a ambivalências: de um lado, a expectativa de transformação e reintegração; de outro, a percepção de um ambiente institucional que, por vezes, é descrito como mais propenso à rigidez disciplinar e ao endurecimento das relações do que à promoção de processos emancipatórios. Tal tensão contribui para tornar mais complexa a efetivação da ressocialização para esse grupo.

Dando prosseguimento, na segunda subcategoria dessa Classe é revelado que as encarceradas projetam as suas vidas após a prisão vinculada a uma ressocialização que permita um novo estilo de vida. Sobre as marcas do otimismo e do “recomeçar a vida” (Mulher 10) as apenas destacam o anseio de construir e reconstruir suas famílias, buscar emprego, dar prosseguimento aos estudos e, preponderantemente, orientar suas vidas conforme o diapasão ético-moral cristão e em conformidade com o Estado. Como ilustram os desenhos e explicações no Quadro 02.

Quadro 02 - Desenhos e explicações em torno das transformações

DESENHOS	EXPLICAÇÕES
 (Desenho Mulher 2)	Eu desenhei várias ruas; eu me enxergo da seguinte forma, como se eu tivesse várias opções de seguir, vários caminhos a ser seguidos. Eu posso chegar aqui nessa parte e eu tenho dois lados para ir, ou tanto bom ou ruim, ou os dois bons e escolher para qual que eu quero ir, porque sempre eu vou ter uma nova oportunidade, um novo recomeço e é isso.” (Mulher 2)
 (Desenho Mulher 3)	Aprender a ir à igreja, orar mais a Deus, pois quando eu estava lá fora eu não procurava a Deus, e se eu procurasse Deus eu acho que eu não estaria nesse caminho escuro que eu fui, que eu busquei. (Mulher 3)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

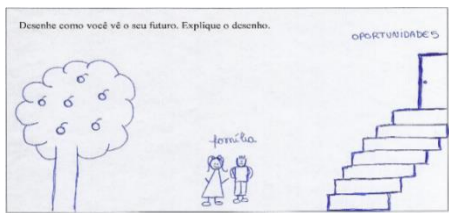
À luz dos desenhos e das explicações apresentadas pelas participantes, os fragmentos sugerem a presença de elementos representacionais que associam a ressocialização não apenas à reconstrução da vida, mas também à ideia de retomada da cidadania e de ampliação do acesso a direitos na sociedade.

As falas indicam que esse “processo de ressocialização” é acompanhado por posicionamentos que expressam o desejo de adotar um novo estilo de vida, capaz de restabelecer credibilidade social e reconhecimento. Nesse sentido, as participantes mencionam como objetivos a obtenção de emprego ou trabalho, a continuidade dos estudos e a reconciliação ou constituição de vínculos familiares.

Tendo como base Weber (1999), é possível interpretar que as representações sociais da ressocialização, para esse grupo, não são concebidas como um processo desvinculado de responsabilidades individuais, mas como um conjunto de ações orientadas à conquista ou reconquista de reconhecimento social, honra e prestígio. Assim, os dados sugerem que a ressocialização é simbolicamente vinculada à possibilidade de serem reconhecidas como cidadãs legítimas no espaço social.

Seguidamente, na Classe 5 (17%) categorizada como ‘Futuro: Retorno a Família’ as detentas reiteram que suas perspectivas após deixarem a prisão perpassam por um regresso as suas famílias “de cabeça erguida” (Mulher 8) e, especialmente, uma retomada aos estudos e ao trabalho. Nessa linha, contata-se que ao mencionarem seus filhos, as encarceradas sublinham que desejam que eles tenham um futuro distinto das suas trajetórias de vida e ratificam que a educação formal, a capacitação profissional, a vida religiosa e a empregabilidade podem lhe assegurar oportunidades que elas não tiveram ou mesmo renunciaram. Conforme ilustram os desenhos e explicações no Quadro 03.

Quadro 03 - Desenhos e explicações em torno do retorno à família

DESENHOS	EXPLICAÇÕES
 (Desenho Mulher 1)	Quando eu sair daqui o processo de liberdade de saída; então eu estou conseguindo ver tudo com outros olhos. Tenho uma ótima relação com a minha família hoje, e com os meus amigos, com tudo que eu vejo lá fora, e com o futuro que eu quero para mim daqui a pouco. (Mulher 01).
 (Desenho Mulher 8)	Ah, eu penso em sair, ficar com meus filhos, educar meus filhos para que eles cresçam cidadãos de bem, que eles façam coisas boas. Quero estudar, quero me formar, quero o meu objetivo, conseguir chegar na administração, na gerência de um hospital, eu quero chegar na direção, quero fazer acontecer meus planos, eu tenho vários planos em mente, eu quero fazer tudo isso acontecer. Eu quero ser uma profissional bem realizada naquilo que eu faço. (Mulher 8)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De forma cautelosa, os dados indicam que, embora a maioria das detentas investigadas expresse perspectivas otimistas ao refletirem sobre o futuro e o retorno às suas famílias, uma parcela do grupo (20%) relata que essa relação se encontra fragilizada e, por vezes, marcada por distanciamento significativo, o que, segundo elas, dificulta a possibilidade de contar com apoio familiar em seus processos de ressocialização. Ainda assim, mesmo entre aquelas que descrevem vínculos familiares enfraquecidos, emerge o desejo de construir novas relações afetivas, formar uma nova família, estabelecer novos vínculos de amizade e acessar novas oportunidades em uma “vida nova” (Mulher 6).

Adicionalmente, 30% das participantes relatam que, embora o encarceramento tenha provocado afastamento físico de seus familiares, percebem mudanças positivas nas relações familiares. Segundo essas entrevistadas, a distância contribuiu para o afastamento de “companhias erradas” (Mulher 12), do uso de drogas e da prática de atividades ilícitas. Elas também mencionam experiências de amadurecimento ao longo do cumprimento da pena, associadas ao fortalecimento da religiosidade e ao desenvolvimento do que descrevem como um “desejo de levar uma vida correta” (Mulher 7).

Nesse contexto, os conflitos familiares são narrados como parcialmente superados, e a família passa a ser representada como importante fonte de apoio e esperança. Como ilustra o fragmento:

Meu relacionamento com a minha família era péssimo, eu era uma péssima filha; eu era boa fora de casa, com os amigos eu era ótima, mas em casa, péssima. A fala da minha mãe é que eu tenho hoje 8 anos de idade [...] Eu renasci aqui dentro e eu concordo plenamente com ela agora; presa, minha relação melhorou muito, hoje eu sei coisas da minha mãe, eu sou amiga dela, e ela minha amiga, e o meu pai também (Mulher 1).

Conjuminando os dados dessa classe com os registrados na Classe 4, averigua-se na mesma linha do estudo de Castanho, Dadalte e Sherer (2020) que a família figura nas representações sociais sobre a ressocialização para o grupo investigado tanto como um esteio emocional e econômico para elas lidarem com o dia-a-dia nas prisões, bem como uma instituição social de apoio e proteção para a reinserção social dessas mulheres após o cumprimento das penas. Consequentemente, no mesmo entendimento que estudos anteriores (Junqueira et al., 2015; Frinhani; Souza, 2005), esses dados reforçam que para o processo de ressocialização dos egressos do sistema prisional seja bem-sucedido, obrigatoriamente, o Estado e a sociedade civil devem atentar-se para a reorganização das famílias dos ex-detentos e de outras redes de apoio psicossociais a fim de promover a inclusão e a não reincidência.

Por seu turno, na Classe 2 (13,6) categorizada como ‘Condutas que levaram à prisão’ o grupo investigado registra as ações que lhes conduziram ao cárcere. 66% das mulheres reconhecem que a prisão foi resultante de “escolhas erradas” (Mulher 4, 6, 7 e 8) oriundas de fatores associados: ao abandono escolar, ao desenvolvimento da dependência química, da convivência com “companhias erradas” (Mulher 4) – em

destaque: golpistas, traficantes, usuários de drogas – e conflitos familiares. Como sintetiza o fragmento:

O mundo não é diferente, eu acho, de muitos que devam estar aqui, mas a princípio o meu envolvimento com droga é desde muito nova; na adolescência, com 11, 12 anos, eu já comecei a ter uma inclinação, uma predisposição, aquela influência, às vezes, na porta da escola mesmo. [...] Eu acabei indo morar na rua, pois já estava em um estado deplorável, morando na rua e usando muita droga; eu usava crack o dia inteiro, a noite inteira só bebia e já não comia mais, já nem estava fazendo o meu tratamento para o HIV, pois sou portadora do vírus (Mulher 4).

Baseado relato e em sinergia com Carrilho (2017), Souza (2022) e Wacquant (2001), os dados sugerem que as representações sociais da ressocialização, para esse grupo, articulam-se a um campo discursivo que envolve tanto responsabilidades individuais quanto dimensões coletivas. Os fragmentos analisados indicam que, ao refletirem sobre seus percursos, as participantes mencionam responsabilidades pessoais relacionadas ao encarceramento, mas também apontam limitações estruturais associadas às condições sociais e institucionais que atravessam suas trajetórias.

Nesse sentido, os relatos permitem problematizar possíveis fragilidades na efetivação de políticas públicas e na garantia de direitos sociais, especialmente quando narram experiências anteriores marcadas por vulnerabilidades e restrições de acesso a oportunidades. Em diálogo com Bauman e Donskis (2014) e Foucault (1975), é possível interpretar que tais representações se inscrevem em um contexto mais amplo de centralidade da punição e expansão do encarceramento, ainda que essa interpretação derive da mediação teórica com os dados empíricos aqui analisados.

Assim, os achados sugerem que as participantes representam desigualdades na distribuição de proteção, segurança e cuidado social, compreendendo que tais garantias não se materializam de forma homogênea. Em consonância com Arruda (2010) e Souza (2022), pode-se hipotetizar que essas representações dialogam com processos históricos de desigualdade social e estigmatização, os quais tensionam a efetivação da cidadania plena para determinados grupos.

Findando as análises, na Classe 3 (26,5%) categorizada como 'Sofrimentos da prisão' o grupo coloca em relevo as dores de estarem encarceradas. De modo preponderante, esta classe explicita conteúdos da ordem do sensível – os sentimentos, as emoções e afetos – desenvolvidos pelas encarceradas durante o cotidiano das relações sociais na prisão; nota-se de modo uníssono que as internas reiteraram a prisão como um lócus de tristezas em que o a humilhação, o sofrimento, o medo, o terror, o choque de realidade e a sensação de abandono se fazem presentes em um processo diário de assujeitamento às ordens prisionais e os acordos interpessoais entre as detentas. Como explicitam os fragmentos:

Foi aqui que eu senti realmente o drama que eu falei: Nossa! O que eu estou fazendo aqui?! Onde que eu vim parar? Aqui eu fui realmente sofrendo. Eu passei muitas

humilhações aqui dentro. Eu fiquei dias e semanas dentro da cela. Sem querer sair, porque as meninas, quando você é bonita, com um coração, as meninas já te olham, e já gostam de você, por ciúmes, por tudo (Mulher 2).

Como eu nunca fui presa, eu vim com muito medo, porque eu não sabia como ia ser a reação dentro de um presídio. Eu fiquei muito assustada; eu fiquei chorando, com medo (Mulher 3).

Perante esses fragmentos, denota-se que os conteúdos aglutinados na Classe 3 se somam às informações da Classe 1 – categorizada como ‘Sobrevivência no Cárcere’ – ao indicarem que segundo o grupo a prisão constitui-se como um espaço de mal-estar e de solidão. Ou seja, essas Classes 1 e 3 auxiliam na compreensão do contexto psicossocial material e simbólico na qual esse agrupamento encontra-se situado e confeccionando as suas representações sociais sobre a ressocialização e a educação; nesse sentido, verifica-se que esse contexto psicossocial encontra-se tecido por um conjunto amplo e complexo de elementos afetivos majoritariamente negativos e, especialmente, segundo as investigadas por uma cultura prisional punitivista em que as relações EGO-ALTER são marcadas pela aspereza e a desconfiança/vigilância. Característica essa, coerente com a marca volitiva das pesquisadas em objetivar “sair”, “ir para fora” e “voltar para casa” (Mulheres 3, 5 e 9) e nunca mais quererem voltar para a prisão.

Em alinhavo, os dados analisados permitem interpretar que, para o grupo de mulheres em situação de privação de liberdade investigado, a ressocialização é representada como um processo de transformação que envolve uma reforma íntima de crenças, valores e condutas, com vistas a uma maior harmonia com a sociedade, com o Estado e, especialmente, com Deus – dimensão reiteradamente evocada nos relatos. Paralelamente, os fragmentos indicam que tal representação se constrói em um contexto psicossocial descrito como tensionado e atravessado por relações sociais conflitivas. No âmbito da relação EGO-ALTER – particularmente no que se refere à família, às demais internas e aos servidores do sistema prisional – emergem menções ao preconceito, ao estigma e à desconfiança como marcas que atravessam os processos de ressocialização.

Por seu turno, a educação é representada sob a diáde oportunidade e resgate do prestígio social/dignidade. Em uma primeira camada analítica, os dados sugerem que a escolarização é concebida como oportunidade instrumental de qualificação e profissionalização, visando à reinserção no mundo do trabalho e à reconstrução da vida após o cumprimento da pena. Em uma segunda camada interpretativa, é possível inferir que a educação é também significada como estratégia de recomposição de capital simbólico – nos termos de distinção e reconhecimento – permitindo às participantes reocuparem o lugar de cidadãs legítimas no espaço social.

A análise das representações de ressocialização e educação permite sustentar que tais construções simbólicas se organizam em meio a uma tensão entre distintos modos de pensamento social acerca das funções da prisão e da escola. De um lado, os achados dialogam com uma tradição que associa a prisão à punição, à repressão e ao isolamento social (Garland,

2008). De outro, emergem discursos que vinculam a educação a ideais de emancipação, esclarecimento e potencialização do sujeito (Freire, 1996).

Em conformidade com Moscovici (2010), pode-se compreender que essas representações são forjadas em um campo de disputas simbólicas – um verdadeiro *kulturkampf* – no qual se confrontam projetos distintos de sujeito, de sociedade e de Estado. Nesse contexto, o presente estudo sugere que a articulação entre ressocialização e educação, tal como representadas pelas participantes, evidencia não apenas expectativas de transformação individual, como igualmente as tensões estruturais que atravessam os aparatos estatais responsáveis por sua efetivação.

Diante desses apontamentos, e, considerando a complexidade dos elementos representacionais associados a ressocialização e a educação, sintetizou-se a discussão apresentada na Figura 02².

Figura 02 - QR Code síntese das Representações Sociais de Mulheres em Situação de Privação de Liberdade sobre a Ressocialização e a Educação



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988, estende-se também às pessoas em situação de privação de liberdade. No material empírico analisado, a efetivação desse direito aparece como elemento central nas representações de ressocialização construídas pelas participantes, sobretudo quando associada à possibilidade de reconstrução de trajetórias e de reconhecimento social.

Os relatos evidenciam que a educação é significada como caminho de inclusão, ampliação de oportunidades e desenvolvimento pessoal, vinculando-se à reafirmação da dignidade e à reconfiguração de projetos de vida. Quando entendida como acessível e consistente, ela é representada como mediadora do exercício da cidadania e da qualificação profissional.

² Acesso à Figura 02 via link:

https://drive.google.com/file/d/1LMKIb-WXAIWjNaH8FGSi3xIzfrSEPhQJ/view?usp=drive_link.

As evidências indicam ainda que, para essas mulheres, a educação formal ultrapassa a dimensão curricular. Ela é simbolizada como espaço de consciência de si, de reorganização biográfica e de reinvenção de expectativas futuras. Nesse sentido, a escolarização emerge como estratégia de recomposição de reconhecimento social – não apenas como instrumento técnico, mas como possibilidade de reinscrição no mundo comum.

Assim, as representações analisadas sugerem que a articulação entre educação e ressocialização não se limita à preparação para o trabalho, mas envolve também a reconstrução simbólica da própria condição de sujeito de direitos.

Em complemento, os achados sugerem que o sistema prisional brasileiro, tal como descrito pelas participantes, apresenta limitações quanto à efetivação de seus propósitos ressocializadores. Os relatos indicam que a experiência do encarceramento pode favorecer a incorporação de hábitos e dinâmicas próprias do ambiente prisional, produzindo distanciamentos entre os padrões vivenciados no interior da instituição e aqueles socialmente valorizados fora de seus muros.

Embora o campo de pesquisa sobre educação e ressocialização em contextos de privação de liberdade tenha avançado na produção acadêmica, os resultados deste estudo permitem sustentar que persistem desafios teóricos e empíricos que demandam aprofundamento. Nesse sentido, reafirma-se a relevância de investigações que ampliem a escuta e a visibilidade das pessoas privadas de liberdade, especialmente no que se refere aos processos educativos e às condições concretas de reintegração social.

Os dados aqui apresentados também permitem problematizar as condições sob as quais a ressocialização é projetada e vivida, indicando que discussões ampliadas podem contribuir para a construção de abordagens mais sensíveis às complexidades do sistema penal. Em diálogo com a literatura crítica (Carrilho, 2017), pode-se interpretar que o enfrentamento do encarceramento em massa e a qualificação das políticas de reintegração social constituem desafios estruturais que atravessam o debate contemporâneo.

Assim, este estudo sugere que a articulação entre educação, ressocialização e dignidade humana requer não apenas investimentos institucionais, como especialmente reflexão contínua sobre os pressupostos e finalidades que orientam as práticas penais e educativas, com vistas à efetivação de direitos e à ampliação das possibilidades de reintegração social.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 27-38.

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social**, v. 3, n. 1/2, p. 7-40, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84813>. Acesso em: 8 jan. 2024. DOI:10.1590/ts.v3i1/2.84813.

ANTUNES-ROCHA, M. I. **Da cor da terra**: representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

APOSTOLIDIS, Thémis. Représentations sociales et triangulation: une application em psychologie sociale de la santé. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 211-266, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/sgHw85SKmNF3jDHMrmpTfc/?lang=fr>. Acesso em: 18 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200011>.

ARRUDA, Angela et al. De pivete a funqueiro: genealogia de uma alteridade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 407-425, maio 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Nnz9mgzBcKnvzY3n59rRsMS/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ARRUDA, Angela. **Meandros da teoria**: a dimensão afetiva das representações sociais. In: SOUSA, Clarilza Prado et al. Angela Arruda e as Representações Sociais: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2017.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.

BAUMAN, Z; DONSKIS, L. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório Anual 2022**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://acesse.one/Pe4So>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

CARRILHO, G. I. **A violência de gênero além das grades**: os múltiplos processos de estigmatização do feminino encarcerado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CARVALHO, T. S.; MOTA, D. M.; SAAB, F. Utilização do software IRaMuTeQ na análise de contribuições da sociedade em processo regulatório conduzido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Revista Visa em Debate**, v.8, n.1, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1429>. Acesso em: 18 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.01429>.

CASTANHO, A. C. F.; DADALTE, A. C.; SCHERER, Z. A. P. A família no processo de reinserção social de egressos do sistema penitenciário **Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=497964427007>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIGUEIREDO, J. C. A.; PANIAGO, M. C. L. A educação prisional em presídio federal: os desafios dos professores diante dessa realidade. **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, v. 28, n. 63, p. 155-175, 2023. DOI: 10.20435/serieestudos.v28i63.1798. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1798>. Acesso em: 9 jan. 2026.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRINHANI, F. M. D.; SOUZA, L. Mulheres encarceradas e espaço prisional, uma análise das representações sociais. **Psicologia Teoria e Prática**, v. 7, n. 1, p. 61-79, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GARCIA, T. M.; RODRIGUES, G. R. O lugar do desenho na metodologia aplicada às Ciências Humanas: uma alternativa de como narrar pesquisas etnográficas. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 4. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1381>. Acesso em: 18 fev.2024.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GUARESCHI, P.; CASTORINA, J. A. El estudio de las representaciones sociales en el contexto didáctico. In: ROSO, A. et al. (org.). **Mundo**

sem fronteiras: representações sociais e práticas sociais. Florianópolis: ABRAPSO, 2021. v. 1, p. 385-413.

GUARESCHI, P.; ROSO, A. Teoria das Representações Sociais - Sua história e seu potencial crítico e transformador. *In*: CHAMON, E. M. Q. O.; GUARECHI, P. A.; CAMPOS, P. H. F. (org.). **Textos e Debates em Representação Social**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014. p. 15-38.

HEIDEGGER, M. **Ser y Tiempo**. 2. ed. Tradução de Jorge E. Rivera. Santiago do Chile: Editorial Universitária, 1998. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/aprender/article/view/11472>. Acesso em: 9 jan. 2026.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JODELET, Denise. **A representação social: fenômenos, conceito e teoria**. *In*: MOSCOVICI, Serge (org.). Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba: PUCPress, 2017.

JUNQUEIRA, M. H. R.; SOUZA, P. D. M.; LIMA, V. A. A. A percepção de familiares de ex-apanados sobre a experiência do cárcere e do processo de inclusão social. *Mnemosine*, v. 11, n. 2, p. 74-99, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41589>. Acesso em: 18 fev. 2024.

KUSCHNIR, K. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 5-13, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/1095>. Acesso em: 18 fev. 2024.

LEBLANC, Jean-Marc. **Análise textual com IRaMuTeQ: fundamentos metodológicos**. Toulouse: Universidade de Toulouse, 2015.

LEVI, P. **É Isto um Homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. C. (org.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

MARKOVÁ, I. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 358-375, jan. 2017.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicality and social representations: the dynamics of mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NASCIMENTO, B. O.; SILVA, I. V. de S.; CASTRO, É. S. Mulheres encarceradas, saberes silenciados: uma revisão pós-qualitativa sobre educação, gênero e sistema prisional. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. e16816, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n7-369. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/16816>. Acesso em: 9 jan. 2026.

NOVAES, Adelina. Subjetividade social docente: elementos para um debate sobre "políticas de subjetividade". **Cadernos de pesquisa**, v. 45, n. 156, p. 328-343, 2015.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

POUPART, J. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 127-153.

ROSOLEN, J.; SOUSA, A. C.; PEZZATO, J. P. Educación Penitenciaria y Derechos Humanos: Un Análisis de la Reinserción Social de los Reeducandos. **Revista Derechos Humanos y Educación**, v. 2, n. 12, p. 91-105, 2025. Disponível em: <https://revistaderechoshumanosyeducacion.es/index.php/DHED/article/view/274>. Acesso em: 9 jan. 2026.

SÁ, C. P. As representações sociais na história recente e na atualidade da Psicologia Social. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia - Rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

SANDES, M. B.; MEDEIROS, V. S.; KLINGER, K. S. A. Vozes femininas no sistema socioeducativo: lugar de fala. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 28, p. 57-74, 2022.

SANTOS, A. F. C.; GRILLO, R. R.; MONTEIRO, P. D. E. O.; SANTOS, P. C. Entre grades e oportunidades: investigando as representações sociais de professores sobre a ressocialização no sistema prisional. **Emancipação**, v. 24, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/23494>. Acesso em: 9 jan. 2026. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.24.2423497.027.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo/Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2015.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (SISDEPEN). **Secretaria Nacional de Políticas Penais**, 2022. Disponível

em:<https://sisdepen.mj.gov.br/sisdepen/seguranca-web/#/autenticacao>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SOUZA, J. **A ralé brasileira** - quem é e como vive. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SZYMANSKI, H. (org.). **Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

VELLASQUEZ, F.; ROCHA, A. B. C. Educação para liberdade: ressignificando espaços sentenciados por meio da extensão universitária. **Pensares em Revista**, n. 30, p. 93-109, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/pensaresemrevista/article/view/83284>. Acesso em: 9 jan. 2026. DOI: 10.12957/pr.2024.83284.

VILLAS BÔAS, Lúcia; PEREIRA, MARTHA MARQUES TEIXEIRA; FAVORETTO, I.. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS. In: Novaes, A.; Ens, R; Donato, S.. (Org.). Representações Sociais e Educação: estudos sobre a profissionalização docente. 1ed.São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2024.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1999.

Contato dos autores/as:

autora: Janaina de Araújo Andrade
e-mail: jana-araujo@hotmail.com

autora: Patrícia Ortiz Monteiro
e-mail: patricia.ortiz@unitau.br

autor: André Felipe Costa Santos
e-mail: afcsantos@ueg.br

autora: Priscila Costa Santos
e-mail: pricostasantos@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 20/02/2026.